

Apresentação

Corpos dissidentes no corpo a corpo com a tradução

Como dizer “o mesmo”, se o corpo já não é o mesmo? Qualquer um que já tenha tido a experiência de estar diante de um espelho e, em um dado momento, reconheceu a impermanência e as marcas do tempo no reflexo daquele corpo pode intuir que isso também ocorre com outros tipos de corpos. As línguas descrevem os corpos, narram seus movimentos, detalham seu funcionamento segundo mecanismos que lhes são próprios e que podem, ou não, encontrar correspondências em outras línguas. Tais descrições e narrações se materializam por meio de ações corporais, do aparelho fonador, quando realizadas na oralidade, ou das mãos, quando da elaboração escrita. Ocorre que o texto gerado é, ele próprio, um corpo. Segundo Roland Barthes,

Parece que os eruditos árabes, falando do texto, empregam esta expressão admirável: *o corpo certo*. Que corpo? Temos muitos; o corpo dos anatomistas e dos fisiologistas; aquele que a ciência vê ou de que fala: é o texto dos gramáticos, dos críticos, dos comentadores, dos filólogos (é o fenotexto). Mas nós temos também um corpo de fruição feito unicamente de relações eróticas, sem qualquer relação com o primeiro: é um outro corte, uma outra nomeação; do mesmo modo o texto: ele não é senão a lista aberta dos fogos da linguagem (esses fogos vivos, essas luzes intermitentes, esses traços vagabundos dispostos no texto como sementes e que substituem vantajosamente para nós as *semina aeternitatis*, os *zopyra*, as noções comuns, as assunções fundamentais da antiga filosofia). O texto tem uma forma humana, é uma figura, um anagrama do corpo? Sim, mas de nosso corpo erótico. O prazer do texto seria irreduzível a seu funcionamento gramatical (fenotextual), como o prazer do corpo é irreduzível à necessidade fisiológica (Barthes, 2006 [1973], p. 23-24).

Como os nossos corpos humanos, os corpos textuais são sensíveis ao tempo e ao espaço e se deixam marcar pelos fatos e movimentos que os envolvem; ou resistem a eles.



Controladora e prescritiva, a sociedade define, avalia, categoriza, trata corpos diferentes de formas diferentes e estabelece disputas epistemológicas pelo poder. Em oposição à hegemonia patriarcal branca, endinheirada e heteronormativa do saber, outras perspectivas têm apontado diferentes sabedorias, outras formas de pensar, narrar, traduzir esses corpos que pareciam encontrar espaço apenas nas margens – da sociedade, da literatura, da tradução.

A tradução, como exercício máximo de alteridade, é um espaço de disputa exemplar das teorias contra-hegemônicas, onde discussões a respeito de gênero, de raça, de sexualidade e de classe ganham corpo, produzem novas subjetividades, reposicionam certas práticas e disputam tanto uma (re)construção dos cânones como os discursos sobre quem escreve e quem traduz.

Em um texto tão breve como este, não podemos dar conta da riqueza produzida por essas teorias, mas gostaríamos de destacar os estudos feministas da tradução, o atravessamento *queer* nesse campo e a contribuição das perspectivas decoloniais, que instigaram as/os/ pesquisadoras/os/es que responderam à chamada deste dossiê temático.

Os corpos das mulheres, enquadrados pelo patriarcado como o “sexo frágil”, estiveram, durante muito tempo, subjugados a um discurso dominado por uma ótica falocêntrica, resultando em silêncios e ausências. O assombro é tamanho que Cixous, em *O riso da Medusa* (1975), afirma que, antes de encontrar os corpos vivos, potentes e alegres das mulheres, ela os conhecia majoritariamente mediados por uma escrita *masculina*. Era urgente instigar uma escrita de mulheres, em que elas se escrevessem e se (re)aproximassem, de forma subversiva, consciente e coletiva, dos seus corpos. A mesma questão ecoa no campo da tradução. Embora algumas tradutoras já tivessem lidado com aspectos relacionados a ela, o apagamento e a invisibilização de seus legados impediram que essa preocupação se tornasse uma reflexão e uma prática sistemática. Nesse sentido, apesar das controvérsias, podemos situar o trabalho de um grupo de tradutoras e acadêmicas canadenses, a partir dos anos 1980, como um marco dos Estudos Feministas da Tradução (Simon, 1996; Flotow, 1997). Este grupo emergente buscava não apenas traduzir textos com uma sensibilidade mais aguçada às questões de gênero, mas também questionar e reavaliar os pressupostos e práticas tradicionais da tradução que continuavam reproduzindo as hierarquias patriarcais. Essas tradutoras enfatizavam a importância de reconhecer e dar voz às narrativas das mulheres, desafiando a aparente neutralidade da tradução e evidenciando como a escolha de palavras e interpretações pode perpetuar estereótipos e exclusões. A tradução se constituiria, portanto, como um ato de resistência, atuando contra a marginalização e o apagamento dessas vozes. Ao reinterpretar e traduzir textos sob uma perspectiva feminista, elas desafiam a dominação das narrativas masculinas e oferecem alternativas que refletem a diversidade e a complexidade de experiências.

Assim como as discussões sobre gênero, a interseção entre os estudos da tradução e as teorias *queer* também tem alimentado as discussões sobre como a tradução pode desafiar as normas heteronormativas e binárias. Ao questionar as categorias de gênero e de sexualidade, essas teorias nos oferecem uma lente crítica, que nos auxilia a compreender a tradução como um processo de negociação e reinvenção das identidades e das relações de poder. Dessa forma, a tradução passa a ser vista não apenas como uma técnica, mas como um ato performativo (Epstein; Gillett, 2017), que pode reimaginar e reconfigurar o significado das identidades e relações sociais, ampliando o espectro de possibilidades que escapam às normas hegemônicas.

As perspectivas decoloniais da tradução se entrelaçam com as abordagens anteriores ao problematizar as estruturas de poder e de dominação que atravessam o ato de traduzir. A tradução, nesse contexto, é vista como um campo de disputa onde as vozes e narrativas dos

povos colonizados, historicamente marginalizados e subalternizados (Spivak, 1985), são resgatadas e reposicionadas. A partir dessa perspectiva, a tradução torna-se uma ferramenta de resistência contra a hegemonia cultural, promovendo a valorização das epistemologias do Sul e a afirmação das identidades indígenas, afrodescendentes e outras comunidades historicamente oprimidas. Nesse sentido, traduzir é mais do que apenas transferir significado; é uma forma de intervenção cultural e política, que busca criar um espaço mais equitativo, aberto para novas formas de existência e de representação no mundo pós-colonial.

Pensar o(s) feminismo(s), o *queer* e os sujeitos decoloniais é deixar-se atravessar por teorias corporificadas, que reconfiguram a normatividade, a partir do deslocamento e da dissidência. Pensar a tradução a partir desse ponto de partida é reposicionar o seu corpo no campo da produção de conhecimento. No entanto, ainda hoje, não é incomum nos depararmos com textos, tanto no âmbito acadêmico, quanto fora dele, que tratam a tradução como uma entidade não corpórea. O corpo do texto, porém, assim como o de tradutores e tradutoras, é tão vivo quanto a letra o permite. Eis a motivação deste dossiê, composto de artigos que, de maneiras diversas, discutem sobre como as teorias contra-hegemônicas informam/favorecem/estimulam/enriquecem (ou não) as reflexões e as práticas tradutórias de hoje, no corpo a corpo com o texto, considerando pares linguísticos em que ao menos uma língua românica esteja presente e, assim, entrando no escopo desta *Caligrama*.

Gong Li Cheng apresenta uma resenha do livro *Traduction et violence*, de Tiphaine Samoyault (2020), em que a virada ética da tradução, representada, entre outros, por Antoine Berman, é confrontada com o aspecto intrinsecamente violento do ato tradutório. Jemima de Souza Alves, por outro lado, traz considerações sobre o seu processo sensorial, artístico e subjetivado de tradução dos corpos torturados no romance iraquiano *Wahdaha chajarat ar-ruman*, de Sinan Antoon (2010), enquanto uma abordagem da violência obstétrica é empreendida por Kelley Baptista Duarte, que comenta sua perspectiva feminista de tradução do ensaio *Les brutes en blanc*, escrito pelo médico francês Martin Winckler (2016).

Gisele Jordana Eberspächer se apoia em Susan Bassnett (1992),¹ Sherry Simon (1996) e Luise von Flotow (1997) para refletir sobre as possibilidades de tradução do gênero gramatical do alemão ao português na peça *Suplicantes*, da escritora austríaca Elfriede Jelinek (2013). É também a perspectiva feminista que fornece subsídios a Ana Maria Chiarini e Maria Luiza Gomes de Faria em sua proposta de tradução do conto “Il pigiama del moralista”, de Amalia Guglielminetti (1927), como uma forma de reparação de uma ausência feminina importante na recepção brasileira da literatura italiana. Prila Leliza Calado, por sua vez, intersecciona o feminismo e a questão racial, no seu artigo intitulado “Traduções de Toni Morrison no Brasil e a transmissão da memória cultural da escravidão”. Tal interseção se faz presente, igualmente, no trabalho de Adrian Clarindo e Luciana Carvalho Fonseca, que apresentam uma tradução do poema “On being brought from Africa to America”, de Phillis Wheatley Peters (1773), autora afro-americana do século XVIII. A questão feminina ganha contornos *queer* no trabalho de Lígia Medina. A autora discute sobre as suas propostas tradutórias de um romance da escritora haitiana Emmelie Prophète (2018), protagonizado por duas mulheres que se encontram no desejo erótico e no sonho por um outro lugar.

¹ Cf. BASSNETT, Susan. Writing in no man's land: questions of gender and translation. *Ilha do Desterro*, Florianópolis, n. 28, p. 63-73, jan. 1992. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/8751/10654>. Acesso em: 20 abr. 2024.

O artigo de Dennys Silva-Reis também contempla a literatura *queer* de língua francesa traduzida para o português do Brasil, em um panorama historiográfico dessa recepção que, segundo o autor, se tem ampliado no mercado editorial brasileiro. Já a reflexão conjunta de Lily Martinez Evangelista, M. Emilia Barbosa e Jon Braddy problematiza as teorias *queer* no contexto da tradução (Epstein; Gillett, 2017; Palekar, 2017; Pelúcio, 2014),² propondo deslocamentos entre o global e o local, o que nos leva à questão decolonial ou pós-colonial, como tratada por Janice Inês Nodari na sua análise do processo de tradução de um ensaio político-linguístico-literário do escritor queniano Ngũgĩ wa Thiong'o (2012), que defende a oratura diante de tradições culturais hegemônicas. Em contraponto ao domínio das línguas orais e a uma consequente limitação do acesso à literatura infantil, Michelle Duarte da Silva Schlemper defende uma tradução audiovisual acessível em Libras para crianças surdas, a exemplo de um projeto de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, intitulado "Cada encontro eu conto um conto".

Todos esses trabalhos demonstram que o campo da tradução não é impermeável aos efeitos das dissidências teóricas, ainda que as transformações paradigmáticas nunca sejam completas e uma coabitação de perspectivas, por vezes antagônicas, persista no trabalho de tradutoras e tradutores, de estudiosas e estudiosos. Embora Giovanna Camila Campara tenha assinalado, no seu artigo, um certo feminismo em *Jane Eyre*, de Charlotte Brontë (1847), sua análise tem como foco aspectos da tradução do gênero gótico dessa obra já há muito canônica. Davi Andrade Pimentel, por sua vez, comenta um trecho de um monumento da literatura ocidental do século XX, *À la recherche du temps perdu*, de Marcel Proust (1913-1927), cujas traduções brasileiras sinalizam divergências interpretativas, sem que a notória homossexualidade do autor francês entre em questão.

Esse conjunto de textos constitui um leque dos fazeres atuais da/sobre/em tradução, em relação às abordagens contra-hegemônicas, evidenciando uma diversidade de corpos e de formas de lidar com eles. Logo, esperamos que este dossiê contenha pistas para o que você corporificada/e/o procura.

Rosalia Rita Evaldt Pirolli

rosaliapirolli@academico.ufs.br

Universidade Federal de Sergipe (UFS) | São Cristóvão | Sergipe | Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-0480-2820>

Wellington Júnio Costa

wellington.costa@academico.ufs.br

Universidade Federal de Sergipe (UFS) | São Cristóvão | Sergipe | Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-3622-8192>

² Cf. PALEKAR, Shamalee. Re-mapping translation: Queering the crossroads. In: EPSTEIN, B.J.; GILLETT, Robert (Org.). *Queer Translation*. New York: Routledge, 2017. p. 8-24; PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? *Revista Periódicus*, n. 1, p. 68-91, 2014. DOI: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i1.10150>.

Referências

- BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- CIXOUS, Hélène. *O riso da Medusa*. Tradução de Natália Guerellus, Raísa França Bastos. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.
- EPSTEIN, B.J.; GILLET, Robert. Introduction. In: EPSTEIN, B.J.; GILLET, Robert (Org.). *Queer in Translation*. New York: Routledge, 2017. p. 1-7.
- FLOTOW, Luise von. Mutual Pun-ishment? Translating Radical Feminist Wordplay: Mary Daly's 'Gyn/Ecology' in German. In: DELABASTIA, Dirk (Ed.). *Traductio: Essays on Panning and Translation*. Manchester: St. Jerome Publishing; Namur: Presses Universitaires de Namur, 1997. p. 45-66.
- SIMON, Sherry. *Gender in Translation*. Culture and Identity and the Politics of Transmission. London: Routledge, 1996.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.